

## **A AUSÊNCIA DA MULHER ASSENTADA NA MÍDIA RONDONIENSE: UM ESTUDO REFLEXIVO EM TORNO DAS PUBLICAÇÕES ONLINE**

Elizabeth Matia de Siqueira<sup>1</sup>  
José Lucas Pedreira Bueno<sup>2</sup>

**RESUMO:** *O presente artigo busca identificar e compreender como a mídia online, no período de 2011 a 2013 se manifesta com relação ao universo das mulheres assentadas em Rondônia, especificamente em Porto Velho, bem como as relações se estabelecem com sociedade hodierna. Ao entender que a indústria cultural constrói a realidade conforme os interesses ideológicos, ora disciplinando, ora padronizando comportamentos, é de vital importância entender o papel da mulher nos assentamentos, uma vez que são frutos de intervenções no “modus vivendi”, e de alguma forma fragiliza a identidade e a qualidade humana desses indivíduos. Ainda depreende-se nesse estudo criar perspectivas que investiguem o discurso midiático em torno da mulher assentada, enquanto representação opressiva de classe e ou gênero.*

**Palavras Chave:** *Mulheres assentadas. Mídia. Cultura. Políticas Públicas.*

### **THE ABSENCE OF THE SETTLER WOMAN ON THE NEWS IN RONDÔNIA: A REFLECTIVE STUDY ABOUT THE NEWS ONLINE**

**ABSTRACT:** *This article aims to identify and understand how the online media from 2011 to 2013 expresses itself in relation to the settler women in Rondônia, specifically the ones in Porto Velho, and also the relationship these women establish in the modern current society. Once understood that the cultural industry builds the reality according to its ideological interests, sometimes disciplining, sometimes standardizing behaves, it is vital to understand the role of the women in the settlements since the cultural industry intervenes in their modus vivendi, and somehow weaken their human identity. Also, we intend from this research to create perspectives that investigate the oppressive media discourse related to the settler women as oppressive representation against their class and gender.*

**Key-words:** *settler women. Media. Culture. Public policies.*

### **LA AUSENCIA DE LA MUJER RADICADA EM LOS MÉDIOS DE COMUNICACIÓN RONDONIENSE: UN ESTUDIO REFLEXIVO AL REDEDOR DE LAS PUBLICACIONES ON-LINE**

**RESUMEN:** *El presente artículo busca identificar y comprender como los medios de comunicación on-line, en el periodo de 201 a 2013 se manifiesta con relación al universo de las mujeres radicadas en Rondônia, particularmente en Porto Velho, así como las relaciones se establecen con la sociedad actual, Al comprender como la industria cultural construye la realidad conforme los intereses ideológicos, a veces disciplinando, a veces padronizando comportamientos; es de vital importancia entender el papel de las mujeres radicadas en Rondônia ya que son frutos de intervenciones en el “modus vivendi”, e que de alguna forma fragiliza la identidad y la calidad humana de estas personas. También se desprende de este estudio crear perspectivas que investiguen el discurso usado en los medios de comunicación en torno de la mujer radicada, en cuanto representación opresiva de clase y/o género.*

**Palabras llave:** *Mujeres radicadas. Medios de comunicación. Cultura. Políticas Públicas.*

#### **Introdução**

Na virada do Século XXI, as mulheres já representam mais da metade da população mundial. Organismos como a Organização das Nações Unidas, a Organização Mundial do

---

<sup>1</sup> Licenciada em Economia Doméstica pela FACIBEL - Francisco Beltrão. Especialista em Gestão Escolar pela Fundação Universidade Federal de Rondônia. Mestranda em História e Estudos Culturais pela Fundação Universidade Federal de Rondônia.

<sup>2</sup> Doutor pela UFSC e Professor do Departamento de Ciências da Educação da Universidade Federal de Rondônia, no Curso de Pedagogia, no Mestrado em História e Estudos Culturais e no Mestrado Profissional em Educação Escolar, no qual também atua como Coordenador.

Trabalho e a Organização Mundial de Saúde, espelham a tomada de consciência e o reconhecimento da mulher como elemento chave do desenvolvimento. (Plano Nacional de Políticas para as Mulheres, 2013, p. 07).

E no que se refere a origem dos estudos culturais sobre as mulheres é importante esclarecer que trata-se de um olhar sobre a mulher reassentada, e pretende-se dar espaço para um novo modo de ler as relações que foram estabelecidas no Reassentamento Santa Rita. Em que foram selecionados através de pesquisa exploratória jornais *on line*, para verificar se os mesmos apresentam reportagens sobre as mulheres reassentadas.

Nestes estudos culturais nos quais estão centrados a mulher poder-se-á incluir alguns conceitos propostos por Vicente (1998) como feminismo que se refere a discussão política, social ou ética sobre o lugar da mulher na sociedade; feminilidade: discussão referente ao caráter próprio da mulher; e feminidade: discussão sobre aquilo que constitui o caráter de quem é mulher.

A partir dessas definições é possível constituir um estudo sobre as mulheres, incluindo o estudo das implicações culturais sobre a posição e o percurso da mulher na sociedade e o contributo feminino, muitas vezes silenciado.

Para compreendermos o cenário sobre o movimento das mulheres é preciso descrever os principais movimentos ocorridos neste Século. Busca-se nesta pesquisa, informações das notícias publicadas nos jornais *online* sobre as mulheres, sobre as políticas públicas de atendimento às mesmas, aos movimentos sociais e aquelas de reivindicação, no período de 2011 a 2013.

As transformações são concretas para uma parcela de mulheres, no entanto outras continuam desprovidas dos arsenais de que as classes dominantes são possuidoras. Algumas práticas, como mudanças culturais no sentido de redimensionar os papéis sociais da mulher são necessárias. Isto exige tempo e empenho, uma vez que a emancipação da mulher passa pela superação da reprodução social dos modelos tradicionais de homem e mulher.

Tomando como base esses desafios as mulheres colocam-se como prioridades a construção de políticas que lhe assegurem mais espaços de poder, equidade no trabalho, inclusão no desenvolvimento. E isso ocorrerá se houver democratização da mídia que, às vezes, contribui para a invisibilidade do protagonismo das mulheres, haja vista a ausência de publicações sobre participação e atuação destas na superação das expressões cotidianas e da opressão, a qual continuam submetida.

O artigo apresenta um breve relato histórico sobre o movimento das mulheres assentadas. E no segundo momento nos mostra como a mídia *online* retrata a mulher reassentada, o movimento de participação e o seu legado para a sustentabilidade e nas considerações finais as questões

colocadas sobre a mídia *online*, encontrou-se poucas informações sobre as mulheres reassentadas, apenas restringe-se a fatos relacionados à violência contra a mulher.

### **Breve Relato Histórico Sobre o Movimento das Mulheres Assentadas no Brasil a Partir do Século XXI**

Ao estabelecer a democracia no país, a Constituição Federal de 1988 é um marco legal que coloca as mulheres em condições de igualdade aos homens. Mas as conquistas de direitos das mulheres esbarram em muitos desafios já que muitos direitos somente são assegurados no papel.

De acordo com os dados do IBGE (2012), 37,3% das famílias brasileiras são chefiadas por mulheres; e há muitas mulheres emancipadas, mas outras tantas ainda continuam carregando sozinhas o peso dessas mudanças conjunturais como a pobreza, procriação dos filhos, afazeres domésticos e ajudam no aumento da renda da família e, muitas vezes, são a principal geradora de fonte de renda. Para compreender o cenário sobre o movimento das mulheres é preciso descrever os principais movimentos ocorridos neste século.

#### **Movimento de Mulheres no Brasil**

As políticas para as mulheres têm avançado significativamente a partir da perspectiva do diálogo e a construção coletiva, conforme o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013). Os movimentos de mulheres feministas e demais movimentos sociais se apresentam com cunho de reverter as lógicas desiguais perante a nossa sociedade há séculos.

Observa-se que desde a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, em março de 2003, buscou-se consolidar o amadurecimento de tais políticas, a partir do diálogo permanente entre governo e sociedade civil, com o fito de reforçar o princípio de que um estado plenamente democrático só o é se for possibilitada a condição da participação social, sobretudo das mulheres.

Tais políticas têm sido fomentadas por meio de Conferências, segundo o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (PNPM. 2013, p.09): a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, em julho de 2004, contou com 1.787 delegadas que debateram as suas agendas e elaboraram o I Plano Nacional de Políticas para Mulheres. O processo como um todo envolveu mais de 120 mil mulheres em todas as regiões do país. Já a II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, que ocorreu em agosto de 2007, contou com a participação de 200 mil mulheres. O resultado deste evento foi a elaboração do II Plano Nacional de Políticas para Mulheres. E no ano de 2011, em dezembro, aconteceu a III Conferência Nacional de Políticas para Mulheres, cujos

resultados inseriram as temáticas de gênero em diversas frentes e estabeleceu um plano a ser executado no biênio 2013 a 2015.

O documento que referenda o Plano de Políticas para as Mulheres cita na parte introdutória a seguinte afirmativa:

No mandato de Dilma Rousseff, primeira mulher presidenta do Brasil, o Plano Nacional de Políticas para as Mulheres torna-se um instrumento ainda mais importante, tendo em vista que, em seu governo, a Secretaria de Políticas para as Mulheres assume maior protagonismo e liderança - como reafirmado pela presidenta em sua fala durante a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres: “Eu tenho o compromisso inabalável - e reafirmo aqui - de aprofundar as políticas de igualdade de gênero no nosso país” (2013, p.09).

Tal perspectiva mostra o cenário político e histórico do enfrentamento massivo à violência e à discriminação, bem como demonstra a amplitude das políticas públicas indicando o propósito político de efetivar programas com resultados específicos.

Assim, as políticas para as mulheres permitem que haja articulação de órgãos competentes para a execução de inclusão sociopolítica das diferenças tanto no espaço privado quanto no espaço público, permitindo que o estado como um todo seja a base de políticas para as mulheres, na medida em que considera todas as formas de desigualdade e permita o enfrentamento do problema por inteiro.

Ao buscar o direito à vida de qualidade das mulheres no meio rural, as políticas públicas também respeitam as especificidades das mulheres do campo, e faz-se necessário conhecer o movimento de mulheres assentadas na Região Amazônica, para conhecê-las como protagonista na ocupação do território.

### **Movimento de Mulheres Assentadas na Região Amazônica: o Olhar da Mídia *Online***

A Amazônia de uma enorme diversidade cultural, formada por quilombolas, seringueiros, povos da floresta, ribeirinhos e os migrantes na ocupação do espaço, contou com participação efetiva, direta e indireta das mulheres que junto aos homens constituíram a formação dos novos grupos sociais, inclusive dos reassentamentos.

O reconhecimento da contribuição da mulher para a produção e reprodução dos bens da família, ainda é desalentadora na sociedade, não só pelo fato da ausência de reconhecimento como trabalhadora, mas também por poucos estudos acadêmicos sobre a história das mulheres assentadas, principalmente na região amazônica, mais especificamente em Rondônia.

Cabe observar que Rondônia, estado da Região Amazônica, em 2008, passa por momento marcante no desenvolvimento econômico e social, motivado pela construção das usinas do Rio Madeira que provocou uma verdadeira revolução na vida dos habitantes, principalmente em Porto Velho e seus arredores. A hidrelétrica Santo Antônio, segundo o *site* oficial da empresa, já investiu R\$ 939 milhões em ações de sustentabilidade, como reassentamento, resgate de fauna e flora, além de investimentos em educação, saúde e segurança, segundo informações da mídia institucional da Empresa Santo Antônio Energia (2011).

Para remanejar as famílias atingidas pela barragem foram implementados sete reassentamentos: Santa Rita, Novo Engenho Velho, São Domingos, Riacho Azul, Vila de Teotônio, Morrinhos e Parque dos Buritis. Segundo o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), todos os reassentamentos foram criados sem seguir um mesmo padrão, conforme dados na página *online* do Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB, (2011).

O MAB (2011) publicou em suas páginas *online*:

A inexistência de uma política nacional que garanta os direitos mínimos as famílias atingidas concede total liberdade para que as empresas construtoras adotem uma política discriminatória, preconceituosa, injusta e autoritária de tratamento com as famílias, condicionada apenas a seus interesses lucrativos, a tal ponto que os atingidos de Rondônia, formados em grande parte por ribeirinhos, pescadores, agricultores e extrativistas estão sendo remanejados para vilas urbanas sem ter terra, água, acesso ao rio, trabalho, renda e escolas adequadas. (2011, p. *online*).

Existem contradições sobre os reassentamentos. As famílias são atingidas pela mesma barragem, mas, mesmo assim, o tratamento é diferenciado, com casas e terras com áreas diferentes. Segundo o MAB (2011), as famílias não foram consultadas a respeito de como deveria ser construída sua nova morada. A empresa Santo Antônio Energia - SAE impôs um modelo de reassentamento e que está com sérios problemas. O movimento informa ainda, que somente no reassentamento Santa Rita, o MAB e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, participaram das negociações com as famílias reassentadas e a SAE, portanto o único reassentamento em que as casas foram construídas com 100 m<sup>2</sup>.

Diante de tantos problemas o MAB apresentou uma pauta de reivindicações para garantir direitos básicos das famílias assentadas pelas usinas:

1- **Prorrogação da Verba de Manutenção:** Que o auxílio dado às famílias (verba de manutenção) seja prorrogado até que as mesmas tenham capacidade de produzir e sobreviver com a renda a partir de sua própria produção.

2- **Terra Preparada:** Que todas as famílias tenham sua área de produção individual totalmente preparada, mecanizada e corrigida corretamente em condições de produzir.

3- **Água para Todos:** Que todas as famílias de todos os reassentamentos tenham um poço artesiano de qualidade e uma caixa de 5 mil litros para ter o abastecimento de água satisfatório tanto para consumo quanto para a produção.

4- **Direitos iguais para todos reassentamentos:** Que todas as áreas de reassentamento tenham os mesmos direitos: patrulha de máquinas agrícolas e todos implementos, galpão, 50 hectares de terra para todos; estradas; moradias.

5- Exigimos a solução imediata das áreas de reserva legal de todos os Reassentamento: compra imediata dos 40 hectares por famílias em todos os reassentamentos.

6- Pagamento pela empresa de todas as contas referentes às tarifas de energia elétrica e de água até que as famílias tenham renda de sua produção.

7- Solução de todas as demais pendências existentes em cada reassentamento. (2011, p. *online*).

As dificuldades apresentadas diferem do discurso usado pela empresa Santo Antônio Energia quando apresenta todo seu plano de investimento em ações de sustentabilidade, incluindo os reassentamentos, pois o relatório da Dhesca Brasil<sup>3</sup> confirma a violações dos direitos humanos.

A relatoria Nacional do Direito Humano ao Meio Ambiente - Plataforma Dhesca Brasil (2011), em monitoramento visando investigar as denúncias de violações de direitos humanos relacionados às obras das usinas hidrelétricas do Complexo do Rio Madeira em Porto Velho-RO, concluíram, entre várias violações:

No reassentamento de populações verificou-se reclamação generalizada de piora das condições de vida por redução da receita das populações removidas, assim como de má qualidade na construção das casas e vias públicas. (2011 p.03).

Continuando, o relatório Dhesca (2011, p.4) aponta:

O número de homicídios dolosos cresceu 44% em Porto Velho entre 2008 e 2007, e a quantidade de crianças e adolescentes vítimas de abuso ou exploração sexual subiu 18%. O número de estupros cresceu 208% em Porto Velho entre 2007 e 2010.

Percebe-se que diante de tão grande movimento, as minorias são as maiores vítimas, seja por exploração sexual ou estupro, vitimando principalmente as crianças, adolescentes e mulheres, que nas reportagens *online*, durante esse período pesquisado, aparecem apenas como vítimas e não como protagonistas de sua história.

Pelo fato das mulheres não serem vistas como protagonistas na mídia, reportamo-nos a Escosteguy (2001) ao afirmar que a partir da segunda metade da Década de 1970, os primeiros

---

<sup>3</sup> Plataforma Brasileira de Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DHESCA.

estudos culturais desenvolveram trabalhos que se concentraram nos meios de comunicação de massa que, além de entreter, eram também vistos como **aparelhos ideológicos do Estado** (grifo nosso).

Ao que se nota os meios de comunicação *online* pesquisados podem ser vistos como aqueles que não apresentam todos os dados conforme os denunciados pelo MAB e o relatório da Dhesca Brasil. Estabelece, portanto, a hipótese de que a mídia institucional apenas reproduz o discurso dominante e a mídia não institucional não se manifesta.

É óbvio que as informações publicadas pela mídia podem apresentar conceitos, valores que nem sempre representam o pensamento de um grupo, ou seja, pode vir distorcido, por isso é importante investigar e contrapor a notícia, como neste caso, muitos dados publicados pela Usina são contrapostos pelo Relatório Dhesca.

Em Zoonen (1996, p.30) *apud* MESSA (2006), destaca dois conceitos recorrentes nas abordagens sobre mídia: “distorção” e “socialização”. Como distorção entende-se o modo como a mídia nos faz acreditar em uma realidade que não existe. Já como socialização, entende-se o processo pelo qual assimilamos os valores simbólicos correntes em nossa sociedade, que nos permitem posicionar-nos nesta com determinado status ou papel.

E assim, vejam como a mídia rondoniense trata as questões da mulher reassentada.

### **A Mulher Reassentada: o que Dizem as Reportagens *Online* na Mídia Rondoniense**

Nesta pesquisa, buscou-se investigar de que forma a mídia escreve sobre a mulher assentada na reforma agrária, em jornais *online* de Porto Velho. Foram selecionados 05 (cinco) jornais *online* com notícias sobre mulheres assentadas para análise e discussões.

Cabe considerar que a mídia, segundo Fischer (2001), é um lugar privilegiado de criação, reforço e circulação dos sentidos, que operam na formação de identidades individuais e sociais, bem como na produção social de inclusões, exclusões e diferenças - temas fundamentais hoje nos mais diversos campos das ciências humanas.

A pesquisa exploratória deu-se a partir de jornais *online*, como por exemplo: Tudo Rondônia, O Observador, Rondônia ao Vivo, Rondônia Dinâmica, Rondonotícias. Realizou-se uma pesquisa no Google e constatou-se a existência de 43 (quarenta e três)<sup>4</sup> Jornais *online* na região. Destes jornais selecionados encontraram-se notícias sobre mulheres, publicadas no período de 2012 e 2013, mas não notícias específicas sobre as mulheres assentadas.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <<http://www.guiademidia.com.br>> Acesso em: 24 jan. 2014.



As notícias, em sua maioria, tratam sobre os assentamentos ou reassentamentos e são reproduções de informações dos órgãos oficiais, que em suas páginas *online* divulgam pautas sobre o tema.

E no caso específico de Rondônia uma única notícia no ano de 2012, no Jornal Rondônia Dinâmica<sup>5</sup>, de 07 de março, afirma que as mulheres rurais são prioridade nos assentamentos da reforma agrária em Rondônia. Acrescenta que o INCRA desenvolve ações permanentes nos assentamentos como o Programa de Documentação da Mulher Trabalhadora Rural, o Crédito Apoio Mulher, assistência técnica e sua inclusão na titularidade de lotes, cadastramentos e contratos.

Percebe-se que a mídia *online* reproduz o que está nos *sites* institucionalizados, como o caso dos Programas de Atendimento à mulher rural, visto no *site* do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, cuja matéria é a mesma no Jornal Rondônia Dinâmica.

O site oficial do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA e do INCRA, ao falar das mulheres assentadas, afirma que a partir do movimento dos assentados e outros movimentos, o Governo Federal, reconhece as desigualdades de gênero, implanta um conjunto de políticas públicas de apoio às mulheres rurais, possibilita a inclusão como beneficiárias diretas, afirmando o seu protagonismo e promovendo a autonomia econômica, dando acesso à documentação e a política de apoio à produção e comercialização, como também direito ao título da terra. O Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, através da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais e Quilombolas desenvolveu políticas para a redução das desigualdades de gênero no meio rural.

Entre as políticas implantadas pelo governo federal através do Ministério de Desenvolvimento Agrário, destaca-se o Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural -PNDTR, que garante às mulheres rurais o acesso a documentos civis e trabalhistas.

O Programa Nacional de Reforma Agrária, pela Portaria 981/2003, do Instituto Nacional de Reforma Agrária – INCRA inclui as mulheres na regularização e titulação do Certificado de Cadastro de Imóvel Rural, juntamente com o homem, independente do estado civil. A Instrução Normativa 38/2007, do INCRA, garante às famílias chefiadas por mulheres a prioridade na classificação das mesmas para o benefício da Reforma Agrária, garantindo o acesso e direito das mulheres à terra.

---

<sup>5</sup> Disponível em: <<http://www.rondoniadinamica.com.br>> Acesso em: 24 jan. 2014.



Segundo Mourão (2010), o Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) com uma linha de crédito especial, o PRONAF Mulher, com o objetivo de reconhecer e estimular o trabalho das mulheres rurais na agricultura familiar e nos assentamentos da reforma agrária, financia as atividades desenvolvidas pelas mulheres de maneira individual ou coletiva. O PRONAF Mulher é um instrumento de fortalecimento da produção das mulheres rurais e superação da invisibilidade do trabalho feminino.

Continuando Mourão (2010), afirma que em 2008, foi criado o Programa de Organização Produtiva das Mulheres Rurais - POPMR, pela Portaria Interministerial 02, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 24 de setembro de 2008. Programa Interministerial do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA, Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome (MDS), Ministério do Trabalho e Emprego -MTE, Ministério da Pesca e Aquicultura - MPA Secretaria de Políticas para Mulheres SPM, Instituto Nacional de Reforma Agrária - INCRA, Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB, com a finalidade de articular as políticas de fortalecimento das organizações de mulheres rurais, garantindo acesso às políticas de apoio à produção e comercialização, promovendo autonomia econômica e incentiva à troca de informações, conhecimentos técnicos, culturais, valorização da economia solidária.

As políticas impulsionam a organização das mulheres, mas ainda precisam de ampliação e fortalecimento, com maior participação das mesmas e ações de promoção da igualdade de gênero, haja vista, que a mídia embora cite tais programas, vê-se que essas informações falam de políticas para as mulheres e não das mulheres no contexto, embora elas tenham papel preponderante na fixação do homem, dos filhos e filhas na comunidade, mesmo com todas as dificuldades, conforme afirma Bechimol *apud* FECHINE (2007, p.22):

A Mulher é o elemento fixador por excelência. Dá o sentido de estabilização e permanência na terra em uma imigração bem dirigida. No entanto, sendo quase sempre sentimental por índole, e mais chegada aos hábitos e costumes, é quem vai sofrer mais a mudança de ambiente [...]. Em todas as mulheres que entrevistei, sentia sempre um desgosto, um desânimo quando não revolta incontida. 'Não haverá mais sossego para mim numa terra em que eu não conheço ninguém. A falta de aconchego do lar, da paisagem doméstica, dos parentes e dos amigos, da 'convivência' como eles chamam, atua poderosamente para isso.

As transformações são concretas para uma parcela de mulheres, no entanto outras continuam desprovidas dos arsenais de que as classes dominantes são possuidoras. Algumas práticas, como mudanças culturais no sentido de redimensionar os papéis sociais da mulher são

necessárias. Isto exige tempo e empenho, uma vez que a emancipação da mulher passa pela superação da reprodução social dos modelos tradicionais de homem e mulher.

Segundo Messa (2006), ser feminista, no Século XXI, não significa excluir o homem da relação, como se fosse o patriarcado culpado de todos os males que afligem a mulher. Também não significa que homens e mulheres precisam ser iguais, mas indica que na diferença não deve residir nenhum tipo de preconceito.

A notícia do jornal *online* Rondônia Dinâmica, de 07 de março de 2012, ainda destaca que a assistência técnica do Incra está orientada para integrar todos os membros do grupo familiar, como homens, mulheres, jovens e idosos. A família passou a ser compreendida a partir da participação de todos os seus membros, sendo reconhecidos novos arranjos sociais, inclusive com as mulheres chefes de família.

Diante de tamanha importância do papel da mulher, a assentada assume uma dupla responsabilidade, a de ser mulher e ser assentada.

### **O Legado de Sustentabilidade das Mulheres Assentadas e seu Movimento de Participação**

Segundo Jalil (2009), uma nova ordem econômica e mundial se iniciou no final da Década de 1970. A política neoliberal acirrou as desigualdades sociais e abriu espaço para a entrada de um novo tipo de capital, fortalecendo o agronegócio, a indústria de sementes, insumos e agrotóxicos, a tecnologia dos equipamentos, a flexibilização da legislação trabalhista e ambiental, o latifúndio e a monocultura. Esta nova ordem refletiu nas populações rurais, principalmente na vida das mulheres, pois, elas são as ‘responsáveis’ pelo cuidado da família e ainda pela manutenção da diversidade, o cuidado das sementes e a agricultura de subsistência.

Com a democratização do país e a Constituição Federal de 1988, aumentou a participação dos atores sociais nas instituições políticas. Este processo propõe mudanças estruturais, políticas e culturais bem como retomar o significado de uma democracia participativa, por meio dos movimentos sociais.

Segundo Carneiro apud JALIL (2009, p.6):

É neste ambiente e no bojo das transformações políticas que, no Brasil os movimentos das mulheres ganham força e significativa expressão nos processos de lutas no campo e datam deste período as primeiras organizações formais com o objetivo de reivindicar o reconhecimento político de um estatuto profissional, bem como de outros direitos sociais.

O movimento incorpora novas demandas e questionamentos, como a divisão sexual do trabalho, a violência sexista, a participação das mulheres nos partidos políticos, sindicatos, associações, levando a uma mudança das ações de luta e como estas vão ocorrer.

As primeiras organizações a surgirem segundo Jalil (2009, p. 5) foram:

Movimento Popular de Mulheres do Paraná (MPMP), em 1983; Movimento das Mulheres Agricultoras de Santa Catarina (MMA-SC), em 1984; Movimento das Mulheres Assentadas de São Paulo (MMA-SP), em 1985; Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Rio Grande do Sul (MMTR-RS), em 1985; Comissão Estadual de Mulheres da Federação dos Trabalhadores de Rondônia (CEM/FETAGRO), em 1985; Associação de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Espírito Santo (AMUTRES), em 1986; Movimento das Trabalhadoras Rurais do Nordeste (MMTR-NE), e 1986; Centro de Associações de Mulheres Trabalhadoras do Acre (CAMUTRA), em 1987; Articulação das Instâncias das Mulheres Trabalhadoras Rurais-Sul (1988) e a Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais da Central Única dos Trabalhadores (CNMTR-CUT), em 1990.

Os questionamentos e lutas enfatizados nos movimentos foram e são indispensáveis para um processo de democratização, ampliando o acesso a direitos sociais o que leva a uma transformação das relações de poder.

Como resultado do envolvimento das mulheres agricultoras em várias organizações, surge o Movimento das Mulheres Camponesas – MMC, em 2003, quando as mesmas organizam várias discussões com sindicatos e movimentos sociais, realizando de 21 a 24 de setembro de 2003 o I Curso Nacional, com representação de 14 estados e participação de 50 mulheres, representando os Movimentos Autônomos. Assim nascia o MMC com princípio político e as diretrizes:

Construir um movimento nacional das mulheres camponesas se justifica a partir da certeza de que “a libertação da mulher é obra da própria mulher, fruto da organização e da luta” (MMC).<sup>6</sup>

O MMC é o único movimento feminista que compõe a Via Campesina<sup>7</sup> no Brasil. A luta central do MMC é contra o “modelo capitalista e patriarcal e pela construção de uma sociedade com igualdade de direitos”. Sua principal bandeira de luta hoje é o “Projeto de Agricultura Camponesa Ecológico, com uma prática feminista, fundamentado na defesa da vida, na mudança

---

<sup>6</sup> Nota de apresentação do movimento em sua página: <<http://www.mmcbrasil.com.br/site/node/47>> Acesso em: 26 jul. 2013.

<sup>7</sup> A Via Campesina é um movimento internacional que coordena organizações camponesas de pequenos e médios agricultores, trabalhadores agrícolas, mulheres camponesas e comunidades indígenas da Ásia, África, América e Europa. Trata-se de um movimento autônomo e pluralista.

das relações humanas e sociais e na conquista de direitos”, tais bandeiras de lutas contextualizam a mulher e a sua relação com a sociedade no campo.

O Projeto “Popular de Agricultura Camponesa” do Movimento das Mulheres Camponesas - MMC busca viabilizar políticas públicas que o projeto propõe para a “agricultura que garantam a permanência no campo, a produção de alimentos saudáveis, crédito especial para mulheres, etc.; a soberania alimentar; cuidado, respeito e preservação do ambiente”; e no que se refere ao “uso sustentável dos recursos naturais”; quanto à “preservação das nascentes de águas; revitalização do Rio São Francisco; preservação das plantas medicinais e sementes crioulas”; já para o “direito e o acesso à terra; produção agroecológica de alimentos; garantia de geração de renda; valorização e valorização do trabalho e renda gerada pelas mulheres, garantindo sua autonomia”; bem como “incentivar e fortalecer a concretização de cooperação solidária”; e na produção de alimentos propõe facilitar a produção de alimentos com o auxílio da ciência, voltada aos interesses das camponesas; e aos movimentos coletivos assevera que a:

“organização coletiva do grupo familiar na construção de novas formas de vivência e convivência de maneira a superar as relações da família patriarcal e machista”; e tal construção dar-se-á a partir da “construção coletiva de espaços de poder partilhado de mulheres e homens tanto nos espaços privados quanto nos públicos”; com relação as mudanças nas relações humanas e a diversidade estabelece o “respeito a diversidade étnico racial, de gênero, econômica, cultural, ecológica, e de espiritualidade; fortalecimento da arte e da cultura camponesa através de crenças, rezas, rituais, visitas, pratos típicos, mutirões de trabalho, danças, roda de viola, literatura de cordel, repentes, festas típicas e outras; valorização e reconhecimento do saber popular, fruto da herança e do conhecimento da vida camponesa; garantia da autonomia de camponesas e camponeses sobre o processo de trabalho” (MMC, 2013, p. *online*)

Tudo isto reflete sobre o seu corpo e sobre o seu modo próprio de vida.

A segunda bandeira de luta do MMC é pela “Ampliação dos Direitos Sociais” que tem por objetivo a garantia do direito à Previdência Pública e Universal que assegure e efetive os direitos e benefícios já conquistados, bem como a ampliação de direitos sociais; no que concerne a garantia do direito à Saúde Pública; assim como a garantia de documentação para todas as mulheres e seus familiares; direito à educação pública de qualidade, libertadora e emancipatória; garantia de acesso aos direitos conquistados na Lei Orgânica da Assistência Social; para a “garantia de moradia digna, saneamento, luz e estradas, lazer e atividades culturais; investimento público na pesquisa, ciência e tecnologias a serviço da vida; garantia de políticas públicas de combate à violência e proteção de mulheres e crianças”; também prevê a “política de comercialização e aquisição direta de alimentos e produtos da agricultura camponesa”.

Com o Projeto Popular para o Brasil o MMC tem por objetivo central “lutar pela soberania nacional, proteção, conservação e preservação da biodiversidade, recuperando, valorizando a cultura brasileira, fortalecendo as iniciativas de poder popular que reafirmam a busca da dignidade e autonomia da mulher e do povo brasileiro”.

A quarta bandeira de luta do MMC é pela:

“Participação política da mulher na sociedade pela participação, valorização e autonomia da mulher em todos os espaços de decisão sobre a produção, o patrimônio, as relações humanas, políticas e comunitárias, de maneira a garantir a manutenção e o avanço do campesinato, na construção de um projeto popular para o Brasil; garantia de autonomia e não mercantilização do corpo das mulheres com o fim de todas as formas de violência, opressão, discriminação e dominação praticada contra as mulheres e a classe trabalhadora”. (MMC, 2013, p. *online*)

A questão é compreender como os movimentos organizados se colocam frente à problematização, questionamento e enfrentamento das relações sociais, políticas, culturais e econômicas que são a base das relações sociais.

Nas diversas culturas, as relações sociais e as organizações se diferenciam de acordo com a divisão social do trabalho e na lógica da cultura patriarcal. Recorremos a categoria de gênero, para uma melhor compreensão das formas de relações e de poder. Gênero aqui entendido segundo Jalil (2009, p.10):

Como um conjunto de normas, valores, costumes e práticas socialmente construídas e que através das quais a diferença biológica entre homens e mulheres é culturalmente significada, gerando hierarquia e relações de poder.

É importante entender que, se cultura surge de todo um modo de vida, é de esperar que a cultura camponesa varie segundo diferenças ecológicas, além das sociais; diferenças no ambiente físico implicam diferenças na cultura material e estimulam também diferentes atitudes como afirma Burke (2010, p.59).

Percebe-se que os movimentos organizados das mulheres a partir de suas práticas, reafirmam a luta de transformação da sociedade como instrumento político, reafirmando às mulheres o papel de protagonistas do enfrentamento ao modelo capitalista e patriarcal.

Podemos dizer que o futuro depende do reconhecimento da importância das mulheres e a necessidade de se consolidar o papel das mulheres para o desenvolvimento. Prahalad *apud* FREITAS, BARBOSA, MESQUITA BARBOSA, (2010, p.786) afirma:

Porque as mulheres podem organizar suas vidas muito mais rápido. As famílias permanecem juntas pela mulher. Elas se preocupam com suas crianças, e querem que a vida delas seja mudada. Milhares de mulheres na Índia, por exemplo, estão sendo motivadas, e estão começando a poupar e ter algum dinheiro. [...] Atualmente pessoas pobres devem ser empreendedoras para sobreviver e mulheres são boas nisso. São suas regras de sobrevivência. Se você escutar essas pessoas, você vai aprender que elas não são estúpidas. Elas são tão espertas. Elas pensam a vida em algumas formas profundas. [...] E elas não estão pedindo favores. Estão pedindo uma chance. E uma chance é tudo que podemos dar. Dê a elas a chance, e elas serão empreendedoras.

Ao viabilizar para as mulheres igualdade de oportunidades, fortalece-las e ampliar a participação na economia, a proposição acima coloca a mulher como empreendedora.

Segundo Butto *apud* MOURÃO (2010, p.5):

Os movimentos sociais de mulheres e sua auto organização foram capazes de transformar relações na família, garantir sua participação em organizações mista e impulsionar o Estado a elaborar políticas públicas voltadas para a promoção da sua autonomia econômica.

A participação das mulheres fica evidenciada no texto acima e sabe-se que as organizações têm proporcionado novas reflexões sobre sua própria situação e aquilo que se passa a sua volta. Confirmando Beauvoir (1949) que afirma: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher”.

### **Considerações Finais**

Os estudos culturais em torno das mulheres muitas vezes estão ligados diretamente a movimentos e práticas no sentido de redimensionar seu papel no espaço em que vive. Nada mais é do que assegurar espaços de poder.

Ao se fazer a historicização de movimento de mulheres assentadas no Brasil a partir de Século XXI, um dos marcos de diálogo e de construção coletiva para reverter as lógicas desiguais é o ano de 2003, que, com a criação da Secretaria de Políticas para Mulheres, reforça o princípio democrático de possibilitar às mulheres a condição de partícipe em ações que as mulheres exerçam liderança e protagonismo, aprofundando as políticas de igualdade de gênero.

Ao se referir sobre o movimento das mulheres assentadas na região Amazônica sob o olhar da mídia, constatou-se que a mulher assentada ainda é invisível no cenário amazônico.

Percebeu-se que no movimento resultante dos assentamentos em decorrência da construção das usinas, o discurso midiático imprimiu, de certa maneira, as violações dos direitos humanos relacionados as minorias e em sua maioria mulheres.

Constatamos nos jornais *online* algumas notícias sobre mulheres, mas não encontrou-se notas específicas sobre as mulheres assentadas. E as notas encontradas nada mais eram que reprodução das informações dos órgãos oficiais.

O legado de sustentabilidade das mulheres assentadas e seu movimento de participação são reflexos das mudanças estruturais, políticas e culturais, resultante da democratização do país, a partir da Constituição Cidadã, de 1988.

A questão colocada sobre a mídia, embora ela ainda não tenha dado a devida visibilidade ao papel da mulher assentada, é inegável que a participação das mulheres nas organizações proporcionou novas reflexões sobre a própria situação e aquilo que passa a sua volta.

Em suma, ao tratar do tema das mulheres assentadas e seus direitos e veiculá-lo à mídia vai incentivar outras mulheres a produzirem **escritas** que falam e relatam a condição de mulher reassentada.

## REFERÊNCIAS

AGÊNCIA Canal Energia. **Santo Antônio Energia investe mais de R\$ 1 bi para deixar legado de sustentabilidade.** Disponível em:

<[www.intertechne.com.br/index.php?option=com\\_content&task=view&id=178&Itemid=2](http://www.intertechne.com.br/index.php?option=com_content&task=view&id=178&Itemid=2)>

Acesso em: 4 jan. 2014.

BEAUVOIR, Simone de, **O segundo sexo.** Vol. 2. Circulo do Livro S/A. São Paulo.

BURKE, Peter. **Cultura popular na idade moderna.** Tradução Denise Bottmann. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

BRASIL. **Constituição Federal**, 1988. Disponível em:

<[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm)> Acesso em 26 dez. 2013.

BRASIL. **Anais 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.** Disponível em:

<<http://www.spm.gov.br/assuntos/pnpm/publicacoes/anais-da-3a-conferencia>>. Acesso em: 18 jan. 2014.

BRASIL. **IBGE: população.** Disponível em: <[www.ibge.gov.br/apps/população/projeção](http://www.ibge.gov.br/apps/população/projeção)>. Acesso em: 08 jan. 2014.

BRASIL. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres.** Secretaria de Políticas para as mulheres. Brasília 2013. Disponível em: <<http://spm.gov.br/pnpm/publicações/plano-nacional-de-politicas-para-as-mulheres-2013>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre Estudos Culturais.** São Paulo: Boitempo, 2003.

DHESCA Brasil. **Relatoria Nacional para o Direito Humano ao Meio Ambiente.** Disponível em: [www.dhescabrasill.org.br](http://www.dhescabrasill.org.br). Acesso em: 2 jan. 2014.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Cartografia dos Estudos Culturais: uma versão latino-americana.** Belo Horizonte: Autentica, 2001.

FECHINE, Elaine Filgueiras Gonçalves. **Mulheres Ribeirinhas do Rio Madeira:** cotidiano envolto em brumas/Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Regional. Porto Velho, 2007.



FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Televisão & Educação**: fruir e pensar a TV. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001.

FREITAS, Aline da Silva; BARBOSA, Maria Cristina Mesquita; BARBOSA, Suzana Mesquita. Novos paradigmas, nova mulher, nova educação: \_\_\_\_\_. In: BERTOLIN. Patrícia Tuma Martins; ANDREUCCI. Claudia Pompeu Torezan, (org.). **Mulher, sociedade e direitos humanos**. São Paulo: Rideel, 2010.

GUIA Rondônia.

Disponível em: <[www.guiademidia.com.br/rondonia/jornais-de-porto-velho.htm](http://www.guiademidia.com.br/rondonia/jornais-de-porto-velho.htm)> Acesso em: 26 jan. 2014.

JALIL, Laeticia Medeiros. Mulheres e Soberania Alimentar: um caminho para a democratização do meio rural brasileiro. **XIV Congresso Brasileiro de Sociologia**. 28 a 31 de julho de 2009, Rio de Janeiro. Disponível em: <[www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com](http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com)> . Acesso em: 14 dez. 2013.

MAB. Movimento dos Atingidos por Barragem. *Água e energia, não são mercadorias!* Disponível em: <[www.mabnacional.org.br/noticia/reivindica-es-imediatas-dos-atingidos-pela-usina-santo-ant-nio](http://www.mabnacional.org.br/noticia/reivindica-es-imediatas-dos-atingidos-pela-usina-santo-ant-nio)> Acesso em: 4 jan.2014.

MMC. Movimento das Mulheres Camponesas, link: **Lutas**. Página inicial da organização. Disponível em: <[www.mmcbrazil.com.br/site/node/47](http://www.mmcbrazil.com.br/site/node/47)>. Acesso em: 26 dez. 2013.

MESSA, Márcia Rejane. **Os Estudos feministas de Mídia**: uma trajetória anglo-americana. 2006. Disponível em:

<[www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/marcia\\_messa.pdf](http://www.pucrs.br/famecos/pos/cartografias/artigos/marcia_messa.pdf)>

Acesso em: 4 jan. 2014.

MOURÃO, Patrícia. **Organização produtivas de Mulheres Rurais**. Disponível em: <<http://www.iica.int/Esp/regiones/sur/brasil/Lists/DocumentosTecnicosAbertos/Attachments/390/Artigo%20-%20Organiza%C3%A7%C3%A3o%20produtiva%20de%20mulheres%20rurais%20-%20Patr%C3%ADcia%20Mour%C3%A3o%20-%20NEAD.pdf>>. Acesso em: 10 jan. 2014.

RONDONIA Dinâmica. **Ações do Inkra apoiam mulheres do campo em Rondônia**. Publicada em 07 março, 2012, 12h32min. Jeanne Machado, Jornalista Responsável. Disponível em: <<http://www.rondoniadinamica.com/arquivo/acoes-do-incra-apoiam-mulheres-do-campo-em-rondonia,33260.shtml>> . Acesso em: 26 jan. 2014.

SAE. Santo Antônio Energia. Disponível em: <[www.santoantonioenergia.com.br](http://www.santoantonioenergia.com.br)>. Acesso em 03 jan. 2014.

VIA Campesina. A voz do camponês internacional. Pagina inicial da organização. Detalhes publicados em quarta feira, 09 fevereiro, 2011 14:08. Disponível em: <<http://viacampesina.org/em/index.php/organisation-mainmenu-44>>. Acesso em: 27 dez. 2013.

VICENTE, Ana. **Os Poderes das Mulheres, Os Poderes dos Homens** (1998). Disponível em:

<[http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com\\_mtree&link\\_id=1040:estudos-sobre-as-mulheres&task=viewlink](http://www.edtl.com.pt/index.php?option=com_mtree&link_id=1040:estudos-sobre-as-mulheres&task=viewlink)> Acesso em: 28 ago. 2014.

**Recebido em 11/03/2015 – aprovado em 30/05/2015**